




Taiani Maia SÉRIO\*

 <https://orcid.org/0009-0000-7650-3833>


Tawani Yoshimi YOSHIDA\*\*

 <https://orcid.org/0009-0003-6822-1678>


Ederson Mella TERNERO\*\*\*

 <https://orcid.org/0000-0002-8935-4774>


Zildo GALLO\*\*\*\*

 <https://orcid.org/0000-0003-4953-9843>

Edson Aparecido de SOUZA\*\*\*\*\*

 <https://orcid.org/0009-0007-6595-4189>

Flávia Cristina SOSSAE\*\*\*\*\*

 <https://orcid.org/0000-0001-8531-6933>

## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RELATOS DAS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO UNIFUNEC-SP

### RESUMO

A extensão universitária tem como concepção realizar a interlocução da universidade com a sociedade, numa via de mão dupla, na qual possibilite que tanto o público interno quanto o externo envolvido participem do processo de criação e transmissão do conhecimento, promovendo o desenvolvimento humano e social da comunidade em que está inserida. É esperado que as IES, por meio da extensão universitária, fomentem a inovação e estabeleçam condições para que a sociedade possa se desenvolver nos campos técnico e científico, com a busca de maneiras alternativas para o planejamento do futuro, viabilizando o desenvolvimento socioeconômico e político-cultural da região. O presente estudo tem como objetivo geral apresentar os projetos extensionistas do curso de Administração. Os objetivos específicos são: conceituar a extensão universitária, analisar os projetos e apresentar suas categorizações. O estudo empregou como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, analisando os projetos desenvolvidos pelo curso de Administração do Centro Universitário de Santa Fé do Sul- Unifunec. Concluiu-se que a extensão universitária é extremamente importante, principalmente no que tange às contribuições desta para a sociedade. Contudo, ficam evidentes gargalos na contribuição do curso envolvendo a comunidade com uma maior cooperação e troca de tecnologia, usando a incubadora local.

**Palavras-chave:** curso de administração; extensão universitária; Unifunec.

### UNIVERSITY EXTENSION: REPORTS ON THE CONTRIBUTIONS OF THE UNIFUNEC-SP ADMINISTRATION COURSE

#### ABSTRACT

The concept of university extension is to make the university's dialogue with society a two-way street, enabling both the internal and external audiences involved to take part in the process of creating and transmitting knowledge, promoting the human and social development of the community in which it operates. Through university extension, HEIs are expected to foster innovation and establish conditions for society to develop in the technical and scientific fields, seeking alternative ways to plan for the future, enabling the socio-economic and political-cultural development of the region. The study used bibliographical and documentary research as its methodology, analyzing the projects developed by the Administration course at the Centro Universitário de Santa Fé do Sul - Unifunec. The general objective of this study is to present the extension projects of the Administration course. The specific objectives are: to conceptualize university extension, analyse the projects and present their categorizations. It was concluded that university extension is extremely important, especially in terms of its contributions to society. However, there are clear bottlenecks in the course's contribution by involving the community in greater cooperation and technology exchange, using the local incubator.

**Keywords:** business administration course. university extension. Unifunec.

Recebido em: 29 de maio de 2024.

Aprovado em: 17 de dezembro de 2024.

\* Graduada em Administração pelo Centro Universitário de Santa Fé do Sul – Unifunec, SP, Brasil, taianimaia@icloud.com

\*\* Graduada em Administração pelo Centro Universitário de Santa Fé do Sul – Unifunec, SP, Brasil, yoshimitawani@gmail.com

\*\*\* Mestre, Docente do Centro Universitário de Santa Fé do Sul – Unifunec, SP, Brasil, edinhoternero@gmail.com

\*\*\*\* Doutor, Docente da Universidade de Araraquara-Uniara, SP, Brasil, zildogallo@gmail.com

\*\*\*\*\* Especialista em Gestão Empresarial pelo Centro Universitário de Santa Fé do Sul-Unifunec, SP, Brasil, edson3f@hotmail.com

\*\*\*\*\* Doutora, Docente do Programa de Stricto Sensu em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Uniara, f.sossae@gmail.com



## 1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária é de suma importância no que tange às contribuições que podem ser proporcionadas para à sociedade, lembrando que a extensão está totalmente relacionada com a comunidade em geral. A extensão representa a aplicação prática de todo o conhecimento adquirido em sala de aula, cujo desenvolvimento ocorrerá perante ela mesma. Quando se inicia o contato do acadêmico com a sociedade beneficiada por ele, ocorrem para ambas as partes, vantagens. O aluno, que está na condição de aprendiz, tem o exercício pleno da aprendizagem mais acentuada quando ocorre esse tipo de interação, pois é extremamente gratificante colocar em prática a teoria que foi apresentada em sala de aula, sendo essa a conceituação básica da extensão.

Nesse sentido, a extensão universitária caracteriza-se como uma área de mudanças frequentes, bem como a construção de novos conhecimentos que atendem às demandas dos indivíduos. Assim, a extensão combinada com o ensino e a pesquisa, busca integrar as Instituições de Ensino Superior - IES com as comunidades adjacentes e a conjuntura socioeconômica local onde essas IES estão inseridas. Quando as IES compartilham os resultados das pesquisas que produzem, atingem destaque dentro do contexto universitário, pois passam a atender às causas sociais existentes, permitindo que os indivíduos se tornem mais independentes e promovam o desenvolvimento das localidades.

Dessa maneira, quando as ações são desenvolvidas para proporcionar contribuições para os cidadãos, isso acaba por fortalecer o relacionamento das IES com a sociedade, já que fornece benefícios para ambos, pois, a extensão propicia um conhecimento diversificado, com foco na sociedade, gerando uma melhora na qualidade de vida destes indivíduos. Na extensão, existe a ruptura dos impedimentos da sala de aula, além de ultrapassar os muros das IES, para justamente proporcionar a troca de informações entre a sociedade e as instituições; destarte, o conteúdo passa a ser pluridisciplinar.

Seguindo os parâmetros propostos anteriormente, o presente estudo tem como objetivo geral apresentar os projetos extensionistas do curso de Administração. Idem, os objetivos específicos são: conceituar extensão universitária, analisar os projetos e apresentar suas categorizações. Para tanto, adotou-se como metodologia a pesquisa documental com abordagem quantitativa e qualitativa. A pesquisa documental é destinada à produção de novos conhecimentos, criação de novas maneiras para a compreensão dos fenômenos e ter o conhecimento de como estes são desenvolvidos (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 10).

## 2 EXTENSÃO

Muito antes do conceito de extensão ser definido, já existiam práticas relacionadas à extensão não só nas escolas gregas, estas que disponibilizavam aulas abertas para o público em geral, mas também, nas universidades europeias do período medieval que ofertavam o conhecimento para as classes menos favorecidas, com práticas de cunho religioso, filantrópico e assistencialista (Serrano, 2012; Oliveira; Goulart, 2015).

As duas primeiras vertentes de extensão universitária aconteceram na segunda metade do século XIX, sendo a primeira na Europa e a segunda na América. Na Inglaterra, o surgimento da extensão iniciou-se na Universidade de Cambridge, em 1871, e de Oxford, na mesma época, ofertando cursos extensionistas que tinham como foco as camadas sociais menos beneficiadas (Paula, 2013). Abad (2015) menciona que a vertente europeia de extensão surgiu devido à necessidade de contribuir e compartilhar conhecimentos feitos por universidades com camadas da sociedade mais populares, dando início às universidades populares europeias, já que estas só conseguiriam atingir o alcance social por meio da extensão.

No Brasil, a extensão emergiu em 1911, no Estado de São Paulo, com o surgimento da Universidade Livre de São Paulo e, depois, nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nesse espaço, a extensão universitária praticada era totalmente fiel à extensão europeia, focada na educação contínua das classes populares, principalmente, no fornecimento de serviços na área rural (Nogueira, 2005). De forma oficial, a extensão universitária só ocorreu com a promulgação do Decreto-lei nº 19.851/31, que tratava do estatuto das universidades brasileiras (Brasil, 1931).

Assim, em 1987, foi criado, por meio da junção dos Pró-Reitores das Universidades públicas, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Forproex, atualmente denominado de Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Ao realizarem o primeiro encontro, conceituaram o que é extensão universitária, bem como destacaram também que não existe método previsto na separação entre ensino, pesquisa e extensão, cujo comprometimento ocorre com processos de educação, cultura e de ciência que possa propiciar uma relação de transformação entre as IES, enfatizando a inter-relação dialogada entre o saber universitário e a sabedoria popular (Conceito..., 1987).

Em consonância com os conceitos estabelecidos pelo Forproex, a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) propôs uma autonomia administrativa, financeira e patrimonial das

universidades, na qual as instituições deviam obediência ao princípio indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, e também se decretou que estas poderiam receber apoio financeiro para desenvolver atividades de pesquisa e extensão, conforme determina os arts.207 e 213, §2:

Art. 207 As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 213 Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei que: [...]

[...] § 2º As atividades de pesquisa e extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do poder público (Brasil, 1988, art. 207; art. 213, inciso II, §2).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB estabeleceu que a extensão universitária deveria ser uma das finalidades das instituições, já que havia autorização para apoio do setor público na concessão de bolsas de estudos (Brasil, 1996).

Por conta da vigência da Lei nº 10.172/01, denominada de Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001), para o decênio 2001-2010, como uma forma de fortalecer e desenvolver a extensão universitária, onde foi estabelecido que, da totalidade da carga horária determinada para a conclusão de cursos de graduação, no mínimo, 10% deveriam ser reservados para que os discentes desenvolvessem ações extensionistas, em conformidade com a meta 23:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no país será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (Brasil, 2001, meta 23).

Foi publicada a Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, a qual instituiu as metas para a extensão na educação superior brasileira, definindo princípios e fundamentos que necessitam ser observados para planejar, nas políticas, no gerenciamento e na avaliação das IES dos sistemas de ensino brasileiro (Brasil, 2018).

David *et al.* (2014) relatam que não é possível dividir extensão, ensino e pesquisa, na complementariedade entre as mesmas e, por conta de toda a relevância, a extensão universitária apresenta e representa a fortificação de um relacionamento mais estreito com a sociedade perante uma participação e diálogo efetivo das comunidades com a universidade.

Perante essa conjuntura, define-se a extensão universitária em conformidade com a visão de extensão universitária, como estabelecido no Plano Nacional de Extensão Universitária (Santos, 2001, p. 5):

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Paula (2013) menciona que a extensão universitária, enquanto meta em dialogar com a sociedade para responder às demandas e expectativas, carece reconhecer a diversidade da sociedade enquanto indivíduos que têm valores e culturas legítimas. Destarte, ainda, faz-se necessária a construção de um relacionamento para compartilhar os conhecimentos que são produzidos na IES e os conhecimentos que as comunidades detêm, visando promover uma correlação dialogada em prol da liberdade e autossuficiência dos indivíduos. Todos esses objetivos são condições extremamente importantes para que o desenvolvimento local seja estimulado e também para melhor qualidade de vida dos indivíduos inseridos nas comunidades em que a IES presta atendimento.

## 2.1 Extensão na graduação

Uma universidade para existir deve delinear quais são as finalidades que irão sinalizar o tipo de sociedade que será erguida e, como consequência, qual homem e mundo serão construídos. Inserir a extensão em cursos de graduação é abrir possibilidade para que o currículo movimente a integração dos sujeitos num processo de partilha solidária de saberes, fazeres e que sonhos sejam reestruturados, lutando por uma educação democrática para transformar a realidade da educação que, ao longo da história, foi totalmente elitista e excludente no ensino superior (Andrade, 2019).

Isso posto, a presença da extensão em cursos de graduação pode ser o agente transformador para um núcleo que mobilize e integre os currículos, desdobrando de maneira transversal todas as áreas e cursos universitários, com o comprometimento de todos os indivíduos envolvidos, sejam docentes, discentes, técnicos e comunidade extensionista, assumindo assim uma nova forma de educação, com maior integração às comunidades e potencializando o compromisso social, político e ético com uma reflexão crítica e transformadora de realidades distintas.

A implantação da extensão universitária em cursos de graduação é uma meta cujo atendimento é dado partindo do Plano Nacional de Educação - PNE (Brasil, 2014) e traz um

desafio para as universidades brasileiras, para que assumam a necessidade de transmutar o ponto de vista e as práticas pedagógicas na educação superior. Tal processo pedagógico no ensino superior valida o embate da invisibilidade da extensão universitária e acarreta uma efetiva inerência entre ensino, pesquisa e extensão.

Diversas universidades brasileiras estão evoluindo para um processo que irá rediscutir e reestruturar os currículos, pois através da extensão abre-se uma ampla possibilidade que fortalece o compromisso social da universidade, com total integração das comunidades em um trabalho coletivo de inserção, desenvolvimento, empoderamento e emancipação social. Assumir compromissos com o ato de ensinar e de aprender na educação superior, com a inclusão da inserção nos cursos de graduação, está totalmente voltado para a integração do acadêmico à comunidade, o que irá possibilitar que sejam revistos valores fundamentais necessários para que o ser humano possa desenvolver-se (Andrade, 2019).

A presença da extensão em cursos de graduação irá abrir caminho para que possa surgir uma nova cultura do trabalho em equipe, que entende o contexto das universidades como um espaço de formação individual e coletiva. Segundo Perrenoud (2002, p. 100), “não se inova sozinho”; e ainda, o autor relata que há inúmeros desafios e limites para que tal processo seja concretizado, sendo necessário obter experiências de docentes que, mesmo estando juntos, no mesmo espaço educativo, não fazem nenhuma reflexão ou diálogo sobre a sua maneira de educar. Perrenoud (2002) destaca situações em que muitos docentes ficam anos ao lado de colegas ensinando sem nunca terem trocado experiências sobre as práticas pedagógicas que utilizam para ensinar, é algo bastante recorrente.

Com este desafio gigante para construir um trabalho coletivo, partindo da curricularização da extensão, o papel do docente é essencial quanto à tomada de decisão para uma nova cultura participativa e colaborativa das ações pedagógicas.

Assim, cabe a todas as IES brasileiras, quanto à temática da extensão em cursos de graduação, potencializar a reflexão, ter uma maior conscientização e construir de maneira coletiva uma proposta que seja o rompimento de um sistema educacional elitista, visando à construção de um novo projeto de universidade e de mundo, assumido coletivamente e ancorado na luta pela humanização, democratização e compromisso ético-humano com a justiça social e cognitiva.

Com a extensão universitária, abre-se espaço para que sejam aplicados novos métodos provocativos, de maneira vantajosa, para que se iniciem novas propostas de ensino e aprendizado na educação superior, sendo que a extensão universitária é um fator que irá irradiar

um conhecimento mais democrático em uma perspectiva de educação transformadora, com compromisso para superar limites postos, no horizonte de um conhecimento integrador, dinâmico, desafiador, democrático e promotor de formação humana, tão necessário à superação de estruturas injustas e elitizantes (Andrade, 2019).

## **2.2 Marco regulatório e Forproex**

### **2.2.1 Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – Forproex**

O Forproex é uma organização dedicada à coordenação e formulação de diretrizes acadêmicas de extensão, empenhada na promoção da transformação social, pleno exercício da cidadania e fortalecimento da democracia. Assim sendo, os pró-reitores de extensão e os responsáveis pelos órgãos correspondentes das IES públicas brasileiras são membros natos do fórum, os pró-reitores de extensão, com direito à participação e voto.

Dentre os objetivos do Forproex:

- I. Apresentar políticas e orientações fundamentais para a institucionalização, articulação e fortalecimento de ações conjuntas dos pró-reitores de extensão e órgãos similares nas IES públicas brasileiras;
- II. Manter uma comunicação contínua com representantes dos dirigentes das Instituições de Educação Superior para encaminhar questões relacionadas às propostas do fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras;
- III. Manter uma colaboração constante com outros fóruns de pró-reitores, com o intuito de fomentar iniciativas colaborativas que promovam a real integração da prática acadêmica;
- IV. Estabelecer uma comunicação constante com instituições da sociedade civil, setor produtivo e autoridades constituídas, visando ampliar constantemente o envolvimento social das Universidades Públicas;
- V. Estimular o progresso da informação, análise, administração e divulgação das atividades de extensão executadas pelas instituições de ensino superior públicas brasileiras.

O Fórum é encabeçado por uma direção nacional selecionada anualmente durante o Encontro Nacional, tipicamente ocorrendo em maio ou junho. A constituição da direção é formada por um líder, vice-líder, coordenadores auxiliares, comitês e consultorias especiais. O Forproex promove encontros semestrais para discussões e, anualmente, elege sua direção nacional (Extensão..., 2007).

### 2.2.2 Marco regulatório da extensão universitária

A extensão universitária teve sua homologação em 14 de dezembro de 2018, uma resolução na qual foram definidas as orientações para as estratégias de extensão da educação superior no Brasil.

Pires da Silva (2020) cita que essa normatização aborda conceitos, normas e proposições para a extensão na educação superior do Brasil, abrangendo todas as instituições de ensino superior do país. Na mesma seara, foram estabelecidos parâmetros para planejamento, registro e avaliação das ações extensionistas.

Com a aprovação do marco regulatório da extensão universitária pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, houve uma potencialização para que os currículos dos cursos de graduação sejam reorganizados, além de ser um agente fomentador para um ambiente pedagógico colaborativo, no qual sejam feitos efetivamente a integração dos conhecimentos científicos e da experiência, a interdisciplinariedade, a interprofissionalidade, a interinstitucionalidade, o diálogo, o impacto na formação do educando e o impacto e transformação social.

Em conformidade com o marco regulatório do CNE (Brasil, 2018, p. 13), para cumprimento da Lei 13.005/2014, que aprovou o PNE (2014-2024), as atividades extensionistas devem ser de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da matriz curricular dos cursos de graduação, sendo que a partir de agora devem estar inclusas na matriz curricular dos cursos. Dessa forma, para que realmente estejam integradas nas matrizes curriculares dos cursos de maneira indissociada ao ensino e à pesquisa em um processo único, a extensão precisa considerar as diretrizes estruturantes da concepção e da prática extensionista:

- a) A interação da comunidade acadêmica com a sociedade por meio do diálogo, da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- b) A formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- c) A produção de mudanças na

própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; d) A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada no processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico (Brasil, 2018, art.5, inc. I-IV).

Com a inserção da extensão universitária nas matrizes curriculares, partindo da efetivação do marco regulatório da extensão para a educação superior, abre-se possibilidade para que as instituições de ensino superior continuem seus processos para reestruturar currículos, reflexão, planejamento e autoavaliação crítica, para que sejam desenvolvidas as características essenciais articuladoras com o ensino e a pesquisa, que irão resultar no processo formativo do acadêmico, na qualificação docente, no relacionamento com a sociedade, na participação dos parceiros interinstitucionais, no trabalho coletivo, no horizonte da transformação e de desenvolvimento social.

### 2.3 Extensão e desenvolvimento

Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat (2009) ressaltam que devido à falta de unanimidade em definir o desenvolvimento local, para grande parte destes, é resultado da perspectiva do valor ao ser humano como indivíduo de seu próprio desenvolvimento.

Diante dessa concepção, pode-se conceituar o desenvolvimento local como um processo de mudança que tem como meta dar melhores condições de vida para um grupo de pessoas ou comunidade de um certo local, cujo principal beneficiado da transformação é o ser humano. Nesse sentido, conceitualizando este processo dinâmico, compreende-se que para promover melhores condições de vida de uma determinada comunidade, o desenvolvimento local é concebido como uma metodologia de transição social, cultural, econômica e política, e os beneficiados são as pessoas da sociedade (Castilho; Arenhardt; Le Bourlegat, 2009).

Ávila (2005) menciona que o desenvolvimento local como processo endógeno tem duas vertentes que necessitam ser distinguidas que são o desenvolvimento no local e o desenvolvimento para o local. Perante tal conjuntura, o desenvolvimento no local (DnL) ocorre quando um empreendimento ou iniciativa considera o local somente como sede física, ou seja, só ficará no local enquanto houver lucratividade, a partir do momento em que a lucratividade reduzir, o empreendimento ou iniciativa irá deixar aquele local e conseqüentemente a comunidade ficará totalmente destruída, em grande parte, com graves problemas ambientais e um alto índice de frustração por parte dos que ali residem (Ávila, 2005).

O desenvolvimento para o local (DpL) é conceituado pelo seguinte ideal:

se refere à ideia de "desenvolvimento" que, além de se situar no local como sede física, gera atividades e efeitos benéficos às comunidades e aos ecossistemas locais, mas à maneira bumerangue: brota das instâncias promotoras, vai aos locais-comunidades, mas volta às instâncias promotoras em termos de consecução mais de suas próprias finalidades institucionais (as das instâncias promotoras, evidentemente) que do real, endógeno e permanente desenvolvimento das comunidades-localidades visadas (Ávila, 2005, p.73, 2012, p. 26-29).

Ávila (2005) refere-se que o conceito principal do desenvolvimento local está no efetivo desabrochar de uma determinada comunidade valorizando suas capacidades, competências e habilidades para que se rompam amarras que foram anteriormente impostas pelo estado atual de vida das pessoas.

Han (2009) afirma que se pode constatar que o desenvolvimento local presume que governos, sociedade, empresas e organizações da sociedade civil de uma determinada localidade precisa estar totalmente integrados para um consenso sobre as características econômicas da região, além das oportunidades para que tais localidades possam desenvolver conforme suas particularidades.

Sousa e Freiesleben (2018) relatam que a educação é o agente transformador que promove o desenvolvimento local ou regional, por se caracterizar como um mecanismo extremamente relevante para promover o desenvolvimento do país, através da valorização e empoderamento da sociedade, possibilitando o fortalecimento das redes de capital social. Diante desse ponto de vista, garantindo o acesso dos cidadãos à educação, à ciência e à tecnologia, tem-se a possibilidade por parte do ser humano de compreender o mundo e entender seu papel nele.

Promover o desenvolvimento local e regional tem uma relação direta com o papel da IES e das práticas extensionistas desenvolvidas por esta, uma vez que através da extensão, as IES têm buscado um relacionamento mais direto com a comunidade (Fernandes *et al.*, 2012; Freire; Holanda, 2019).

A chegada ou estabelecimento de uma IES em um determinado território representa uma vantagem relevante para o desenvolvimento local nos arredores da IES pela atração de investimentos, mão de obra qualificada e excelência do trabalho desenvolvido pela instituição nas esferas do ensino, pesquisa e extensão (Oliveira Júnior, 2014; Sousa; Freiesleben, 2018).

Isso corrobora com o desenvolvimento preconizado por Sen (2010), já que quando se fornecem meios para que a comunidade tenha o desenvolvimento local e os moradores passam a se utilizar do conhecimento, tecnologia e comunicação, estes podem ascender a inúmeras

oportunidades, pois foi oferecida a possibilidade de qualificação pessoal, removendo as privações à liberdade e promovendo aumento das capacidades humanas e autonomia.

Oliveira Junior (2014) reforça que o conjunto de atividades que são desenvolvidas pela instituição tem papel de suma importância no processo de desenvolvimento, já que as atividades originam uma capacidade para atrair consumidores e empresas, o que é extremamente contributivo para a expansão econômico-social local e regional.

Destarte, ressalta-se a relevância do papel da pesquisa e das atividades extensionistas que as IES cultivam, visando estimular excepcionalmente o desenvolvimento, isto é, sempre buscando soluções técnicas e tecnológicas que possam trazer benefícios para a comunidade (Sousa; Freiesleben, 2018).

A prática de extensão acadêmica consiste em um conjunto de atividades destinadas à integração teoria, prática e inserção comunitária, com o intuito de garantir para os discentes a formação de cidadãos e profissionais, baseadas em ações articuladas com o ensino e a pesquisa, induzindo para que sejam elaboradas novas práticas de cuidado e formação integral, com foco não apenas no saber técnico, mas na ética, responsabilidade cidadã e compromisso social (Ternero, 2023).

A partir das atividades extensionistas, são desenvolvidas relações entre indivíduos detentores de conhecimentos diversos, assim como nos confrontos entre teoria e prática, propiciando a construção do conhecimento (Ternero, 2023).

Diante das informações obtidas, é possível compreender que os projetos de extensão proporcionam aos participantes um olhar mais humanitário, em uma perspectiva de busca de inovação e acesso ao conhecimento com o propósito de aprimorar as habilidades profissionais dos discentes e gerar atendimento humanizado e eficiente para os usuários dos serviços prestados (Ternero, 2023).

## 2.4 Categorização

A categorização foi feita de acordo com a resolução n.7/2018 do Conselho Nacional de Educação bem como os autores De Lorenzo, Fonseca e Souza (2007) e Mello, Almeida Neto e Petrillo (2020).

A resolução n.7/2018 regulamentou a curricularização da extensão, estratégia essa com previsão legal no Plano Nacional de Educação - PNE.

As categorias consideradas são consonantes com a Resolução 07/2018 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2018) e com a proposta de estudos de outra De Lorenzo, Fonseca e Sousa (2007):

- Atividades assistenciais,
- Atividades de disseminação do conhecimento,
- Prestação de serviços,
- Transferência de tecnologia e conhecimento,
- Eventos artísticos e culturais,
- Atividades de disseminação do conhecimento.

Mello, Almeida Neto e Petrillo (2020) relatam que as descrições de linha de extensão discriminam as formas de operacionalização que, em geral, abrangem: assessoria, consultoria, realização de eventos, apoio, desenvolvimento de processos, formação/qualificação de pessoal, preservação, recuperação, difusão, divulgação, desenvolvimento de metodologia de intervenção, intervenção/atendimento, atenção, prevenção, desenvolvimento de sistemas, promoção/incentivo, articulação, adaptação, produção, cooperação, entre outras.

De Lorenzo, Fonseca e Sousa (2007) entendem que as atividades assistenciais se pautam no atendimento, por parte da universidade, de distintas necessidades e carências individuais ou no âmbito dos grupos sociais. Nessa perspectiva, os efeitos são a superação das necessidades supridas, nem sempre de forma permanente, podendo-se mencionar: atendimentos, orientações, tratamentos, consultas.

Quanto aos eventos artísticos e culturais, estes se constituem em uma categoria que dispensa maiores cuidados conceituais, englobando: concertos, mostras, exposições e shows. Nessa lógica, existem as atividades de disseminação do conhecimento, em que as ações empreendidas pela universidade visam a divulgar o conhecimento gerado e armazenado. Destaque-se, então, a importância de se propiciar a expansão da estrutura para a ampliação ou a melhoria da qualificação ou formação das pessoas abrangidas, por meio de cursos, eventos técnico-científicos, treinamentos e publicações.

No que concerne à prestação de serviços, estas são atividades pelas quais a universidade, por meio de sua estrutura, propicia o desenvolvimento de competências e qualificações, humanas, físicas, técnicas, laboratoriais, com o intuito de oferecer respostas a demandas realizadas por empresas, instituições públicas, organizações sociais, assim como pessoas físicas. Por meio de tais ações, deve-se buscar a solução dos problemas vigentes, por meio da realização de estudos, diagnósticos, ensaios, pareceres, laudos e assessorias.

A transferência de tecnologia e a de conhecimento representam para a educação superior uma forma de interagir com realidades externas, incorporando o conhecimento formal produzido por elas, a partir de uma série de capacitações próprias. Tal prática ocorre por meio de resultados de pesquisas, projetos, programas, pesquisa conjunta e consultorias (De Lorenzo; Fonseca; Sousa, 2007).

Para tanto, dentro desse viés acadêmico, há a presença de alguns projetos desenvolvidos em âmbito Institucional que instauram a proposta extensionista, bem como: A campanha do agasalho, que é categorizada como um projeto assistencialista segundo De Lorenzo, Fonseca e Sousa (2007); com base na resolução 7/2018, ela se enquadra na prestação de serviços; para Mello, Almeida Neto e Petrillo (2020), classifica-se como campanha: ação pontual de mobilização que visa a um objeto definido. O workshop que, na concepção de De Lorenzo, Fonseca e Sousa (2007), é categorizado como enquadrado na disseminação do conhecimento; com base na resolução 7/18 enquadra-se em eventos; para Mello, Almeida Neto e Petrillo (2020), classifica-se como exposição: exibição pública de obras de arte, produtos, serviços e etc. Em geral, é utilizada para promoção e venda de produtos e serviços. Inclui: feira, salão, mostra e lançamento e workshop. Por fim, as semanas acadêmicas que, segundo De Lorenzo, Fonseca e Sousa (2007), categorizam-se como disseminação do conhecimento; com base na resolução 7/2018, enquadram-se em eventos e cursos e oficinas. Mello, Almeida Neto e Petrillo (2020) as classificam como seminários: evento científico de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (de horas a um ou dois dias), quanto de número de participantes cobrindo campos de conhecimento mais especializados incluem-se nessa classificação eventos de médio porte como encontros, simpósio, jornada, fórum e reunião.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa, portanto, seguiu duas fases: revisão de literatura e pesquisa documental. Nessa primeira fase, foi realizada a busca de informações em livros, revistas, artigos, ebooks e outras fontes que sejam válidas e pertinentes ao estudo, de forma a identificar o estado da arte do tema. Além disso, foram pesquisados os sites dos sujeitos da pesquisa.

Na segunda fase, com a pesquisa documental, segundo Pádua (1997), foram obtidas informações por meio de documentos, cujo objetivo é proceder à descrição e fazer uma análise comparativa dos fatos sociais, com o estabelecimento de suas características ou tendências. Os documentos utilizados para levantamento da pesquisa foram o projeto pedagógico do curso de

Administração, projetos de extensão do curso, site do Unifunec e documentos em arquivo da extinta Empresa Júnior.

Para tanto, adotou-se como metodologia a pesquisa documental com abordagens quantitativa e qualitativa. A pesquisa documental tem como finalidade a produção de conhecimentos novos, estabelecer novas maneiras de assimilar os fenômenos e possibilitar o conhecimento de como estes se desenvolvem (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão de literatura sobre o tema e de um estudo exploratório acerca da gestão da extensão universitária. Os descritores utilizados para a pesquisa foram extensão universitária, diretrizes nacionais dos cursos de administração e projetos de extensão. As bases de dados consultadas foram Scielo, Google acadêmico e Scopus.

## 4 RELATOS DE EXTENSÃO

### 4.1 Campanha do agasalho do curso de Administração

Rodrigues *et al.* (2013) nos dizem que a extensão universitária é extremamente importante principalmente no que tange às contribuições desta para a sociedade. Entretanto, é preciso que as Instituições de ensino superior tenham concepção de que a extensão está relacionada com a comunidade em geral, ou seja, aplicar na prática tudo o que se aprendeu em sala de aula e fazer o desenvolvimento deste conhecimento fora da sala de aula.

Gallo (2008) menciona que extensão universitária deve ser parametrizada com a tríade: ética, sustentabilidade e interdisciplinaridade. Não são todas as concepções da extensão que irão conseguir dar cumprimento à esta exigência. A concepção acadêmica consegue atender aos três elementos da tríade, isso se deve à integração entre ensino, pesquisa e extensão e do estabelecimento de uma relação dialógica entre universidade e sociedade.

Com essa fundamentação teórica e reflexão, o Curso de Administração desenvolve há mais de uma década a atividade extensionista no eixo de assistencialismo, prestação de serviço e responsabilidade social, o Projeto Campanha do Agasalho.

A campanha do agasalho é uma campanha filantropa anual do curso de Administração do Estado de São Paulo, que promove e estrutura a arrecadação agasalhos, blusas, luvas, gorros e cobertores para que sejam doados às entidades assistenciais e pessoas necessitadas. Os alunos do 7º ou 5º semestre, através do laboratório de práticas em conjunto com a disciplina de tópicos especiais em administração, elaboram todo o projeto e efetivam-no em parceria com outras

salas. A ação é feita junto com toda a comunidade acadêmica e a sociedade civil da cidade e da microrregião onde está localizado o centro universitário.

O projeto teve início no ano de 2006 e já contribuiu com milhares de itens que foram entregues em inúmeras instituições a partir das doações recebidas de colaboradores, clientes, cooperados e comunidade em geral. Esse projeto está em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 3: saúde e bem-estar; 12: consumo e produção responsáveis e 17: parcerias em prol das metas. Os ODS são objetivos ousados e conjugados cuja finalidade é erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que todos os indivíduos gozem de paz e prosperidade (Nações Unidas, 2023).

Segundo Mello; Almeida Neto e Petrilho (2020), o projeto é uma iniciativa progressiva e ininterrupta de natureza educativa, social, cultural, científica ou tecnológica, com um objetivo definido e prazo estipulado.

Segundo os autores, a campanha do agasalho é classificada em projetos: não vinculado à programa (projeto isolado).

#### **4.2 Workshop do curso de Administração**

O Workshop do curso de Administração, agora em sua 15ª edição, é uma atividade promovida pela disciplina de Gestão da Produção II e se consolidou como uma tradição no curso. O evento tem como finalidade a apresentação de empresas de diferentes segmentos, tanto da cidade quanto da região. Seu propósito principal é o desenvolvimento do aspecto empreendedor e a realização de pesquisas no local de uma organização do setor produtivo. A justificativa por trás desse evento é despertar nos alunos uma visão crítica e prática de gestão, promovendo o aprendizado relacionado ao convívio com o setor industrial e práticas comerciais.

Mello, Almeida Neto e Petrilho (2020) mencionam que o evento é uma "ação que envolve a apresentação e/ou exibição pública, aberta ou direcionada a um público específico, de conhecimentos ou produtos culturais, artísticos, esportivos, científicos e tecnológicos desenvolvidos, preservados ou reconhecidos pela universidade."

Portanto, o workshop tem como objetivo oferecer aos alunos a oportunidade de conhecer e participar das práticas comerciais das empresas e também proporcionar-lhes a oportunidade de comercializar seus produtos ou iniciar uma negociação com varejistas e consumidores finais; desenvolver o espírito empreendedor no aluno para organizar um evento; promover o

conhecimento prático de um processo industrial para a formação profissional do discente; criar um espírito de equipe nos alunos e promoção das empresas participantes; do curso de Administração e da instituição de ensino.

Segundo o Sistema de Informação da Extensão - Siexbrasil, o workshop se enquadra em eventos na classificação exposição e na definição exposição, sendo que a exposição é a exibição pública de obras de arte, produtos, serviços etc. Em geral, é utilizada para a promoção e vendas de produtos e serviços. Inclui: feira, salão, mostra e lançamento (Mello; Almeida Neto; Petrilho, 2020).

### **4.3 Semanas acadêmicas do curso de Administração**

O curso de administração destaca-se regionalmente com suas semanas acadêmicas que são realizadas anualmente atendendo aos anseios da comunidade acadêmica e empresarial. Ressalta-se que as semanas acadêmicas sempre são abertas à participação da comunidade local. Ao longo dos seus 22 anos, suas semanas abordaram temas emergentes na área de administração, com renomes nacionais e escritores de livros como José Luiz Tejon; Miran Bretzke; Marcos Cobra; José Dornellas; Geraldo Caravantes; Mário Batalha; Joel Dutra; Alexandre Las Casas entre outros.

Segundo Mello, Almeida Neto e Petrilho (2020), as semanas acadêmicas enquadram-se em eventos na classificação congresso e na definição: Evento de grandes proporções de âmbito regional, em geral, com duração de 3 a 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional mais ampla. Observação: realizado como um conjunto de atividades, como mesas-redondas, palestras, conferências, apresentação de trabalhos, cursos minicursos, oficinas, workshop etc.

## **5 DISCUSSÃO**

O artigo destaca a extensão universitária como um processo educacional, cultural e científico que integra o ensino e a pesquisa, promovendo uma troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a sociedade. A extensão, nesse sentido, é uma ferramenta crucial para a democratização do conhecimento, permitindo que os discentes apliquem na prática os conteúdos teóricos adquiridos em sala de aula. Essa prática é importante tanto para o

desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos quanto para a transformação das comunidades envolvidas nas ações extensionistas.

Ao considerar a importância da extensão universitária, o artigo sublinha como essa prática transcende os muros da universidade, atuando como um meio de fortalecer o relacionamento entre as Instituições de Ensino Superior - IES e as comunidades locais. A partir de projetos extensionistas, como a Campanha do Agasalho e workshops, o curso de Administração do Unifunec tem promovido atividades que não apenas atendem às necessidades sociais, mas também enriquecem a formação dos alunos em aspectos éticos, técnicos e sociais.

Os relatos das atividades de extensão demonstram como essas ações têm um impacto positivo direto tanto na comunidade atendida quanto na formação dos alunos. A Campanha do Agasalho, por exemplo, vai além de uma ação assistencialista, promovendo valores de solidariedade e responsabilidade social entre os estudantes. Ao liderar tais projetos, os alunos não apenas exercitam sua capacidade de gestão, mas também desenvolvem competências interpessoais e de liderança, essenciais para sua carreira futura.

Além disso, eventos como os workshops proporcionam aos discentes oportunidades de vivenciar o mercado de trabalho e ter contato com práticas de gestão realistas. O envolvimento dos alunos em atividades práticas, em conjunto com o aprendizado teórico, gera uma formação mais holística e permite que eles compreendam as demandas reais das empresas e do setor produtivo.

Contudo, o artigo também aborda a necessidade de expandir a atuação do curso em termos de extensão. Embora existam iniciativas valiosas, elas ainda são limitadas, especialmente, no que se refere à visibilidade dos resultados e à cooperação tecnológica com a comunidade empresarial. A falta de maior articulação entre os projetos de extensão e as oportunidades locais de inovação tecnológica sugere que há espaço para o aprimoramento.

Nesse sentido, o artigo aponta para a importância de um maior investimento por parte da instituição em projetos de extensão mais ambiciosos e integrados com a realidade empresarial da região. Isso poderia potencializar o desenvolvimento local e regional, permitindo que a universidade se tornasse um motor de inovação e progresso social. Além disso, a inclusão de atividades de cooperação e troca de tecnologia ampliaria as oportunidades para os alunos aplicarem conhecimentos avançados em cenários empresariais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a geração de novas oportunidades econômicas para a comunidade.

A extensão universitária, conforme discutida no artigo, é uma prática essencial não apenas para a formação completa dos alunos, mas também para o desenvolvimento da sociedade. Ao fortalecer os vínculos entre o saber acadêmico e as necessidades práticas da comunidade, a extensão oferece um caminho para que o conhecimento acadêmico seja transformador.

No contexto do Unifunec, o curso de Administração tem mostrado o valor das atividades extensionistas, mas ainda há um potencial inexplorado, principalmente no que tange à articulação com o setor empresarial e à aplicação de inovações tecnológicas. Ao direcionar esforços para fortalecer essa área, a instituição pode garantir que seus alunos saiam mais preparados para os desafios do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que contribuem de forma significativa para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária é constituída por um conjunto de ações cuja finalidade é integrar teoria, prática e inserção comunitária, com o objetivo de garantir para os alunos a formação de cidadãos e profissionais. Essa formação é baseada em ações articuladas entre ensino e pesquisa, inspirando a criação de novas práticas de cuidado e à formação integral, não focando apenas na aprendizagem técnica, mas também na ética, responsabilidade cidadã e compromisso social.

É perceptível que o papel da extensão é de extrema importância no que tange à interação e à permuta de conhecimento entre a comunidade universitária e a sociedade. Isso a torna um instrumento necessário para intervir nas comunidades onde as ações são direcionadas de modo a construir soluções inovadoras e a desenvolver a capacidade de resolver ou minimizar problemas que afetam essas comunidades.

Quando os discentes, eles entram em contato com a extensão e ocorrem mudanças significativas em suas vidas acadêmicas e pessoais. Eles são expostos a realidades sociais e profissionais que provocam transformações profundas. Para que essas mudanças aconteçam, é essencial que as Instituições de Ensino Superior (IES) compreendam a extensão universitária como inseparável do ensino e da pesquisa, reconhecendo-a como um componente fundamental da formação.

Além disso, é crucial destacar que a extensão universitária deve estar alinhada com o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para os administradores. Por meio

dessas atividades, os alunos podem aprimorar competências como liderança, comunicação, resolução de problemas, pensamento crítico e capacidade de trabalhar em equipe. Essas experiências práticas contribuem para a formação de administradores mais preparados e conscientes do seu papel social e ético.

Nota-se que o curso desenvolve algumas atividades de extensão universitária, porém, estas ainda são poucas e não apresentam de forma clara seus resultados na página do curso e da instituição. Evidencia-se também a ausência de projetos de cooperação e troca de tecnologia com a comunidade e o setor empresarial, levando em consideração o amplo espaço disponível através das demais autarquias e da incubadora empresarial local.

É essencial que as IES intensifiquem seus esforços para promover mais projetos de extensão, visando não só aumentar a quantidade, mas também a qualidade e a visibilidade dessas iniciativas. A cooperação com a comunidade empresarial e a implementação de projetos tecnológicos podem enriquecer ainda mais a formação dos alunos, proporcionando-lhes experiências práticas e inovadoras.

Portanto, para fortalecer a extensão universitária e maximizar seus benefícios, é necessário um compromisso institucional robusto que valorize e invista em ações que integrem ensino, pesquisa e extensão. Só assim será possível formar administradores capazes de enfrentar os desafios contemporâneos com competência técnica, responsabilidade ética e compromisso social.

## REFERÊNCIAS

ABAD, M. **Extensão universitária e sua eficácia**: estudo de caso do UnB idiomas. 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21035/1/2015\\_MaristelaAbad.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21035/1/2015_MaristelaAbad.pdf). Acesso em: 02 mar. 2023.

ANDRADE, R. M. M. **A extensão universitária e a democratização do ensino na perspectiva da universidade do encontro**. 2019. 241f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: [https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8616/2/Rubya\\_26\\_04\\_2019\\_MADM%20%281%29.pdf](https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8616/2/Rubya_26_04_2019_MADM%20%281%29.pdf). Acesso em: 11 mar. 2023.

ÁVILA, V. F. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral, CE: UVA, 2005.

ÁVILA, V. F. Dupla relação entre educação e desenvolvimento local (endógeno-emancipatório). **Paidéia Revista do Curso de Pedagogia da Universidade Fumec**, Belo Horizonte, Ano 9, n. 12, p. 13-49, 2012. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/1578/988>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 10/1/2001, Página 1. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal>. Acesso em: 02 mar. 2023

BRASIL. Decreto no 19.851, de 11 de abril de 1931. Revogado pelo Decreto nº 99.999, de 1991. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 15/4/1931. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D19851.htmimpresao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htmimpresao.htm). Acesso em: 02 mar. 2023.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 de junho de 2014 – Edição Extra, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. 23 de dezembro de 1996. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 15 ago. 2021

CASTILHO, M. A.; ARENHARDT, M. M.; LE BOURLEGAT, C. A. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 159-169, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122009000200004>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CONCEITO de extensão, institucionalização e financiamento. *In*: **Anais...** I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. 1987, Brasília. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

DAVID, A. C. C. *et al.* Diálogo de experiências sobre extensão universitária e tecnologia social. **Raízes e Rumos**, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2317-7705.2014.v2i1.%25p>. Acesso em: 07 mar. 2023.

DE LORENZO, H.C.; FONSECA, S.A.; SOUSA, C.M. A atividade de extensão nas instituições de ensino superior privado: um estudo sobre a cooperação Uniara - meio produtivo na região de Araraquara, SP. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v.11, n.1, p.81-102, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2007.v11i1.232>. Acesso em: 10 maio 2023.

**EXTENSÃO universitária:** organização e sistematização. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/SfDaPTcUpkHEZ3.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

FERNANDES, M. C. *et al.* Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**, v.28, n.4, p.169-194, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000400007>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FREIRE, H. P.; HOLANDA, V. C. C. Universidade pública e desenvolvimento local e regional: um estudo sobre a atuação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. *In: Anais do XIII ENANPEGE da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia*. São Paulo, 2019.

GALLO, Z. Ética, sustentabilidade e interdisciplinaridade: balizas para a extensão universitária. **Revista Diálogos**, Brasília, v. 9, p. 20-27, 2008. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/1928/1249>. Acesso em: 14 abr. 2023.

HAN, G. W. S. Desenvolvimento local: os desafios frente à globalização hegemônica. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.2, n.2, p.1-12, 2009. Disponível em: <https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/732687421030267.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MELLO, C. M.; ALMEIDA NETO, J. R. M.; PETRILHO, R. P. **Curricularização da extensão universitária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2020

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas da extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

OLIVEIRA JUNIOR, A. de. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. **Caderno de Geografia**, v. 24, n. 1, p. 1-12, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=333231477001>. Acesso em: 24 fev. 2023.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, v. 11, n. 3, p. 8-27, 2015. Disponível em: [https://ojs.unesp.br/index.php/revista\\_proex/article/view/1225](https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1225). Acesso em: 10 mar. 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Nações Unidas Brasil**. Sobre o nosso trabalho para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 maio 2023.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces**, v.1, n.1, p. 5-23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 2 mar. 2023.

PERRENOUD, P. **Aprender a negociar a mudança em educação**: novas estratégias de inovação. Porto: Edições ASA, 2002.

PIRES DA SILVA, W. Extensão universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 21-32, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2178-6054.2020v11n2ID22491>. Acesso em: 29 maio 2023.

RODRIGUES, A. L. L. *et al.* Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 141-148, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SANTOS, B. de S. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC, 2000-2001**. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1). Disponível em: [http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao\\_1.pdf](http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf). Acesso em: 15 ago. 2021

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRANO, R. M. S. M. **Avaliação institucional da extensão universitária na UFPB**: a regulação e a emancipação. 2012. 196f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4689>. Acesso em: 09 mar. 2023.

SOUSA, F. E. de; FREIESLEBEN, M. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Revista da FAE**, v. 21, n. 2, p. 163-178, 2018. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/571>. Acesso em: 30 abr. 2021.

TERNERO, E. M. **Extensão universitária e desenvolvimento local**: desafios dos centros universitários municipais do Estado de São Paulo. 2023. 106f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) - Universidade de Araraquara, Araraquara, 2023. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/ppg/desenvolvimento-territorial-meio-ambiente/producao-intelectual/dissertacoes/2023/ederson-ternero.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.